

CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS PARA O PLANEJAMENTO URBANO EM QUIXADÁ - CE

Yago Martins de Lima Oliveira¹; Natan Roger Marcolino Carvalho¹; Andrea Bezerra Crispim²

¹Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Quixadá.
E-mail: natanrogerarqurb@hotmail.com

²Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Quixadá.
E-mail: crispimab@gmail.com

RESUMO

O estudo de indicadores sociais constitui-se como uma ferramenta muito eficaz de auxílio na tomada de decisões de órgãos públicos, podendo ser usados como aporte por gestores para uma distribuição mais justa dos recursos nas diferentes esferas de Estado. Os indicadores são informações que expõem aspectos da realidade social de maneira quantitativa e espacializada, ajudando no conhecimento e monitoramento sobre as mais diversas questões de determinada comunidade. Através da elaboração de mapas temáticos com variáveis disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi desenvolvida uma análise comparativa entre áreas que residem pessoas de menor a maior renda no município de Quixadá, considerando diversos aspectos sociais, foram utilizados indicadores relacionados a densidade demográfica, rendimento mensal por domicílio, destino do lixo, tipo de esgotamento sanitário, alfabetização e energia elétrica. O trabalho aqui apresentado objetiva contribuir com o entendimento da dinâmica socioeconômica e ambiental do município de Quixadá, disponibilizando informações que possam direcionar diretrizes para a elaboração de políticas públicas no município. A partir dos mapas analisados, constatou-se que os serviços de infraestrutura e assistência estão concentrados dentro do perímetro urbano do município, e estes apresentam índices que apontam a necessidades de melhoria nestes serviços. Outro ponto evidenciado pela análise dos mapas é a concentração de renda também na zona urbana.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Políticas Públicas. Centralização.

INTRODUÇÃO

Pelo processo de descentralização dos poderes nas suas mais diferentes esferas governamentais, a gestão municipal teve sua responsabilidade em solucionar as demandas da sociedade ampliada, o que aumentou a complexidade de sua administração (MASCARENHAS, 2006). O ato de gerir e distribuir os recursos municipais de forma a solucionar eficazmente os problemas que envolvem um município, tornou-se uma tarefa de alta complexidade, pois o gestor deve ter conhecimento dos problemas e onde ocorrem, assim como suas causas, efeitos e possíveis soluções. Para isto, faz-se necessário a elaboração de diagnósticos a fim de identificar as reais demandas da comunidade, podendo o gestor aplicar os recursos nas necessidades de maior prioridade, além de distribuí-los igualmente no município, não negligenciando determinadas localidades enquanto outras recebem recursos para suprir necessidades que não possuem, aumentando as disparidades sociais e a má distribuição dos equipamentos públicos direcionados à saúde, educação, trabalho, renda, dentre outras políticas e projetos que devem ser pensados de forma conjunta.

Januzzi [200-], ressalta importância da aplicação de indicadores sociais específicos a vários aspectos da realidade social na elaboração de um diagnóstico que se proponha a ser útil

e propositivo para políticas públicas. O diagnóstico elaborado deve ser de viés multilateral, empregando-se informações de várias temáticas analíticas ou de atuação governamental, pois, na complexidade dos problemas sociais atuais, estão envolvidos diversos aspectos, como exemplifica Januzzi:

[...] para desenvolver programas no campo da Educação Básica, por exemplo, é preciso conhecer não apenas as condições de acesso à escola, a infraestrutura escolar, o desempenho dos alunos, mas também aspectos relacionados às condições de vida dos estudantes como as condições de moradias, nível de pobreza e rendimento familiar, acesso a serviços de saúde, escolaridade dos pais, fatores esses que certamente podem afetar ou potencializar as ações programáticas específicas. (JANUZZI, p. 17)

O emprego dos indicadores no processo de diagnóstico propicia maior proximidade da realidade social, aumentando a possibilidade de êxito. “A utilização dos indicadores socioeconômicos, em conjunto com as ferramentas de planejamento estratégico, aumenta a probabilidade de acertos na tomada de decisão e permite aos gestores a busca constante pelo aperfeiçoamento do processo da definição de ações prioritárias.” (Mascarenhas, 2006. p. 69).

Nas últimas décadas, com a chegada de diversas instituições de ensino superior, Quixadá, cidade localizada na região do Sertão Central cearense, tornou-se destino de muitos jovens, de cidades e regiões próximas, na busca de realização profissional, em especial, na última década, com o aumento das oportunidades de acesso ao ensino superior. Outro fator contribuinte para o aumento da população urbana é a chegada das indústrias que oferecem maiores oportunidades de trabalho, que além de atrair pessoas de cidades vizinhas, promovem êxodo rural, atraindo pessoas da zona rural para a zona urbana. Segundo dados no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 2000 Quixadá contava com uma população de 69.654 habitantes, já em 2010 esse número passou para 80.604 habitantes, um salto de mais de 15%, com população estimada de 86.605 habitantes para 2017.

Este aumento populacional traz à cidade novas e maiores demandas no comércio, nos serviços públicos e, sobretudo, no mercado imobiliário. Para suprir as novas solicitações da sociedade, sem o devido direcionamento, os serviços, principalmente os imobiliários, têm acentuado as disparidades sociais. Quixadá apresenta atualmente problemas que, até alguns anos atrás, eram comuns apenas às cidades de grande porte, evidentemente que estes problemas se apresentam em menor grau, contudo, com a mesma complexidade.

O seguinte trabalho tem por escopo contribuir com o entendimento da dinâmica socioeconômica e ambiental do município de Quixadá, estudando indicadores que possam proporcionar diretrizes para a elaboração de políticas públicas da área, além de socializar as informações construídas através da pesquisa em forma de publicação, demonstrando o cenário atual, bem como futuras projeções acerca das condições socioeconômicas, contribuindo para a gestão urbana e ambiental do município.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se deu nas seguintes etapas: pesquisa, construção dos mapas e análise.

Utilizou-se, na primeira etapa, para a elaboração do trabalho como metodologia, de revisão bibliográfica acerca da importância da elaboração de diagnósticos socioeconômicos e o emprego de indicadores para a construção destes, assim como na formulação e avaliação de políticas públicas. Os diagnósticos servem, pois, como suporte administrativo. Estas revisões literárias fornecem aportes conceituais e salientam a relevância do trabalho aqui apresentado.

A segunda etapa metodológica foi a construção de mapas temáticos. Esta se deu inicialmente pela obtenção dos arquivos em formato shape dos limites municipais e setores censitários do Ceará no site do IBGE. Neste mesmo site, buscou-se ainda, informações do senso

de 2010, encontradas em planilhas com variáveis referentes a diversos aspectos, desde sociais à infraestrutura e de todos os municípios do Estado.

Após análise das variáveis disponibilizadas pelo IBGE, escolheram-se aquelas que melhor se adequam ao estudo proposto como moradia, renda, gênero, escolaridade, instrução, raça, saneamento básico e distribuição dos recursos hídricos. Para manipulação dos dados alfanuméricos foi utilizado o software *Microsoft Access* fazendo a extração das variáveis escolhidas pertencente ao município de Quixadá. Com o auxílio de ferramentas encontradas no geoprocessamento, fez-se uso do software *QGis* para a união dos dados alfanuméricos com as feições georreferenciadas dos seus respectivos setores censitários, graduando as informações em cores diversas dando origem aos mapas que seriam analisados na etapa posterior.

Após sua elaboração no *QGis*, os mapas passaram por um processo de análise comparativa, onde confrontamos diferentes mapas de mesmo viés para atingirmos as discussões e resultados apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao serviço de abastecimento de água, constatamos que é quase inexistente na zona rural e os setores que possuem esse tipo de serviço apresentam baixos índices deste. Contudo, está presente em toda zona urbana, com alguns setores obtendo maiores índices. Todavia, é importante salientar que os valores obtidos não devem ser tomados como valor absoluto e sim como referencial, pois eles apresentam o valor de domicílios que possuem determinada característica. No que se refere ao abastecimento de água, verificou-se que as comunidades rurais têm acesso à água, principalmente, através de poços, nascentes na propriedade e água da chuva armazenada em cisternas.

No que diz respeito à coleta de lixo por serviço de limpeza, caçamba ou outra forma de coleta, assim como o serviço de abastecimento de água, é quase inexistente na zona rural, e onde há, possui índices pouco relevantes. Já dentro do perímetro urbano, nota-se o serviço em todos os setores censitários, todavia, muitos, com índices não muito expressivos. Na zona rural, o descarte do lixo é feito através da queima ou do enterro na própria propriedade, prática que deveria ser evitada, pois a partir da queima ou do enterro do lixo há agressão ao solo e aos lençóis freáticos próximos. Este ato afeta indiretamente a renda das comunidades rurais, pois em sua maioria, dependem da agricultura para a obtenção de seus proventos.

Acerca dos rendimentos mensais, observamos que há uma concentração expressiva de renda na zona urbana do município, enquanto na zona rural há predominância de pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo, e muitas destas famílias dependem da agricultura tanto para subsistência como para a retirada de sua renda, além do auxílio de programas sociais do governo. Daí a importância de se trabalhar de alguma forma o serviço de coleta de lixo nas zonas rurais, para se evitar o descarte indevido de lixo, prejudicando a obtenção de renda de famílias que já vivem com o básico para subsistência.

Ao se aproximar do perímetro urbano, os salários tendem a aumentar, todavia, ao se aumentar o salário, os índices de pessoas responsáveis com este rendimento têm tendência a diminuir. Observa-se no mapa de pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de 1 a 2 salários mínimos que há presença, nas zonas rurais de pessoas com esta renda, contudo, com índices bastante inexpressivos, havendo predominância na zona urbana, apresentando índices consideráveis em todos seus setores censitários. O mesmo acontece quando analisamos o mapa de pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de 3 a 2 salários mínimos, porém, na zona urbana, apresenta-se com menor intensidade. Já no mapa de pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de 3 a 20 salários há quase que total inexistência nos setores rurais, apenas um apresenta índice de 10 – 20 pessoas. A maior parte dos setores urbanos apresentam

valores baixos ou medianos, alguns poucos apresentam índice de 50 – 60 pessoas, contudo um setor se destaca por apresentar índice de 80 – 83 pessoas.

CONCLUSÕES

Concluiu-se que, no município de Quixadá, há concentração de renda e serviços dentro do perímetro urbano, e estes serviços são distribuídos desigualmente. A utilização de indicadores sociais para a elaboração de um diagnóstico mais detalhado e próximo da realidade poderia direcionar as diretrizes com maiores possibilidades de êxito. Os indicadores poderiam ser ainda, aplicados na avaliação de políticas públicas aplicadas, buscando seu aperfeiçoamento. A desigualdade na distribuição dos serviços e equipamentos acentuam ainda mais as disparidades sociais no município, acarretando mais problemas sociais, tornando-se um ciclo vicioso. Uma distribuição mais igualitária dos recursos amenizaria problemas generalizados, contudo, ressalta-se que há problemas que apenas ações pontuais e específicas solucionariam. Os mapas direcionados à análise dos rendimentos mostram que apesar de haver concentração de renda na zona urbana, a maior parte da população é de classe média baixa, usufruidora dos serviços públicos, daí a importância de melhoria desses serviços, e os indicadores, por mensurar aspectos da realidade social é uma hábil ferramenta neste processo.

Apesar de sua importância, os indicadores não devem ser a única ferramenta de análise da sociedade que se deseja caracterizar. Devido à complexidade social, diversas fontes de informações devem ser utilizadas. É interessante que o próprio município, através de suas secretarias, produza suas próprias informações de análise, na forma de indicadores ou em qualquer outro formato, como meio de aproximar-se ainda mais da realidade local, não fazendo uso apenas de informações disponibilizadas por instituições e órgãos de análises mais abrangentes. Estas informações, a depender da dinâmica social, podem se tornar obsoletas.

REFERÊNCIAS

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas** (200-).

MASCARENHAS, Carlos Cezar de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: Uma aplicação no município de Jacareí**. Taubaté. 2006.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. 2010.